

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS HORTOLÂNDIA

TATIANA CRISTINA CAZAROTTI

**ANÁLISE DA DESIGNAÇÃO DA EXPRESSÃO *LUGAR DE FALA* NA OBRA DE
DJAMILA RIBEIRO**

HORTOLÂNDIA

2023

TATIANA CRISTINA CAZAROTTI

**ANÁLISE DA DESIGNAÇÃO DA EXPRESSÃO *LUGAR DE FALA* NA OBRA DE
DJAMILA RIBEIRO**

Esta monografia é o Trabalho de Conclusão de Curso do curso de pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Línguas e Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Hortolândia.

Professor Orientador: Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos

Hortolândia, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFSP – Câmpus Hortolândia
Élcio José da Costa
CRB8º/8578

C386a Cazarotti, Tatiana Cristina.
Análise da designação da expressão "lugar de fala" na obra de Djamila Ribeiro./ Tatiana Cristina Cazarotti.– 2023.
41 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Línguas e Literaturas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Hortolândia, SP, 2023.
Orientador(a): Gabriel Leopoldino dos Santos.

1. Semântica. 2. Lugar de fala. 3. Lugar social do dizer.
4. Designação. 5. Acontecimento enunciativo I. Orientador Gabriel Leopoldino dos Santos. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. III. Título.

CDD – 401.43

TATIANA CRISTINA CAZAROTTI

**ANÁLISE DA DESIGNAÇÃO DA EXPRESSÃO *LUGAR DE FALA* NA OBRA DE
DJAMILA RIBEIRO**

Esta monografia é o Trabalho de Conclusão de Curso do curso de pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Línguas e Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Hortolândia.

Professor Orientador: Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos

Aprovado pela banca examinadora em 04 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Julia Frascarelli Lucca (examinadora interna)

Dr. Vinícius Massad Castro (examinador externo)

Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos (orientador)

À Língua Portuguesa, uma paixão que me move

AGRADECIMENTOS

Pelo incentivo, confiança depositada em mim, sabedoria compartilhada e paciência agradeço ao meu orientador Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos, cuja paixão pela linguística e grande sabedoria me inspiraram nesta jornada.

Ao Instituto Federal de São Paulo, *campus* Hortolândia, e aos outros professores deste do curso de Pós-Graduação em Ensino de Línguas e Literaturas, por oferecerem ensino de qualidade. São instituições e pessoas assim que trarão ao Brasil o protagonismo de país educador.

Aos que possibilitaram minha formação ao longo da vida, como pessoa e como acadêmica, que, mesmo não ultrapassando o ensino fundamental e com poucos recursos, me apoiaram, ensinaram valores e, principalmente, acreditaram em mim: Luzia e Sebastião. E à minha irmã, que, também seguindo o caminho acadêmico, me inspira e compartilha comigo desta experiência: Ana Claudia.

“A palavra é o meu domínio sobre o mundo.”

Da crônica “As três experiências”,

de Clarice Lispector

RESUMO

Esta monografia objetiva apresentar análises da designação da expressão “lugar de fala” em dois capítulos do livro *Lugar de fala*, de Djamila Ribeiro. Essa expressão “lugar de fala” ganhou destaque, nos últimos anos, nos discursos brasileiros, tornando-se objeto de estudo entre intelectuais e argumento forte em enunciações de certos militantes ou grupos de militantes sócio-políticos. Nesse trânsito entre intelectuais e militantes, observou-se que o termo em questão passou a significar algo distinto daquilo que significava em enunciações científicas que pretenderam descrevê-lo. Sobretudo na militância, “lugar de fala” é utilizado para silenciar falas de Locutores tidos como não pertencentes a um determinado grupo. O trabalho de análise que se levou a cabo nesta pesquisa, mobilizando a Semântica do Acontecimento como dispositivo teórico-metodológico mostrou, entre outros pontos, que “lugar de fala” no acontecimento enunciativo do texto de Ribeiro designa uma posição no discurso, independentemente de qual seja ela, isto é, não há fala sem a ocupação de um lugar no discurso a partir do qual se fala. Em outras palavras, “lugar de fala” não é privilégio de alguns poucos esclarecidos em alguma temática político-social, mas é a condição para que haja linguagem propriamente dita.

Palavras-chave: lugar de fala; *feminist standpoint*; lugar social de dizer; designação; acontecimento enunciativo.

ABSTRACT

The aim of this monograph is to analyze the designation of the expression "place of speech" ("lugar de fala", in Portuguese) in two chapters of the book *Lugar de fala*, by Djamila Ribeiro. The expression "place of speech" has gained prominence in Brazilian discourse in recent years, becoming an object of study among intellectuals and a strong argument in the statements of certain activists or groups of socio-political activists. In this transit between intellectuals and activists, it has been observed that the term in question has come to mean something different from what it used to mean in scientific statements that sought to describe it. Particularly in militancy, "place of speech" is used to silence the speeches of speakers perceived as not belonging to a certain group. The analysis carried out in this research, using Semantics of the Event as a theoretical-methodological device, showed, among other things, that "place of speech" in the enunciative event of Ribeiro's text designates a position in the discourse, regardless of what it is, i.e. there is no speech without occupying a place in the discourse from which one speaks. In other words, "place of speech" is not the privilege of a select few who are enlightened on some social-political issue, but it is the condition for there to be language as such.

Keywords: place of speech; feminist standpoint; social place of saying; designation; enunciative event.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 — Dispositivo teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento.....	15
1.1. Procedimentos de análise da semântica do acontecimento	20
1.2 Modos de relação enunciativa	21
1.2.1 Modos de relação enunciativa por articulação	21
1.2.2 Modos de relação enunciativa por reescrituração.....	22
1.3 Designação e Domínio Semântico de Determinação (DSD).....	24
Capítulo 2 — A designação da expressão “lugar de fala” no texto de Djamilá Ribeiro.....	26
Considerações finais.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	41

Introdução

A expressão “lugar de fala” ganhou popularidade nos últimos anos, aparecendo em debates públicos como uma ideia-chave para sustentar argumentações em prol, principalmente, dos direitos das chamadas “minorias políticas”. As redes sociais e a televisão, mundialmente, podem dar pistas do uso ampliado dessa expressão. Compreendê-la, então, se faz necessário, pois é convocada constantemente para determinar quem pode ou não pode falar numa certa relação de alocação.

No Brasil, por exemplo, no programa *Big Brother Brasil*, de 2021, houve o episódio em que a cantora Ludmila, que é negra, em apresentação no *reality* global, fomentou discussão sobre ‘local de fala’ nas redes sociais, dizendo “respeite nosso cabelo, nossa história, nossa ancestralidade”, isso porque, pouco antes, o cantor sertanejo e então participante do programa, Rodolfo, que é branco, havia feito uma piada com o cabelo do professor e também então participante do programa João Luiz, que é negro; depois quis se justificar dizendo que seu cabelo também não era liso. Não se pode negar que a TV popular brasileira tem grande influência sobre as massas. Este caso, e toda uma expandida discussão militante que o momento gerou, contribuiu para que o termo “lugar de fala” se tornasse fortemente presente no dizer popular.

No episódio abaixo, é possível observarmos um relato do empresário Marcos Caetano, publicado no *blog* Meio e Mensagem, no qual o termo “lugar de fala” é convocado pelo senso comum como “lugar de autoridade” para determinar quem pode falar o quê. Vejamos o que ele diz:

De acordo com esse conceito, você só pode falar sobre feminismo se for mulher; só pode discutir o racismo se pertencer a uma minoria; e só pode discorrer sobre o Brasil se morar no país. Esses são apenas alguns exemplos, mas o princípio do lugar de fala vai mesmo por aí. [...] Mudei-me para os Estados Unidos há apenas dois anos, mas juro que já ouvi de várias pessoas que não posso me meter no debate político do País, uma vez que não moro aí e, portanto, perdi minha licença para debater. Em vez de entender que o distanciamento me deu uma nova perspectiva, os defensores de lugar de fala preferem acreditar que as décadas que passei no País foram permanentemente apagadas, tudo por uma simples questão geográfica.

O empresário entende que a mobilização do conceito em questão por algumas pessoas é feita para retirar dele o direito de falar sobre determinados assuntos concernentes ao Brasil e às suas dinâmicas políticas por não mais morar no país, ou seja, por não ser pertencente a grupos

específicos supostamente “autorizados” a falar, interditando, assim, o seu direito de debater sobre política brasileira pelo fato de estar morando em um país estrangeiro.

Linda Alcoff, em seu artigo *The Problems of Speaking for Others* (O problema de falar pelos outros), diz que a questão de pessoas falarem por outras ser um problema nasceu de duas fontes: a primeira diz respeito ao fato de haver um crescente reconhecimento de que o ponto de vista a partir do qual se fala afeta o significado e a verdade do que se diz, e, portanto, não se pode assumir a capacidade de transcender sua localização (Alcoff *apud* Silva, V. R. C; Zeferino, H. M. S; Chagas, A. C. C. S 2023, p. 411-412). O lugar social de um falante pode ter um impacto sobre seu poder de influência e então autorizar ou desautorizar o discurso de alguém, como o discurso de um acadêmico desautorizar o de alguém pertencente ao grupo dos oprimidos, devendo apenas este grupo ter autoridade para falar por si mesmo. Ou seja, a localização epistemológica de um orador importa.

A segunda fonte envolve o reconhecimento de que, não apenas a localização é epistemologicamente saliente, mas certas localizações privilegiadas são discursivamente perigosas. Em particular, a prática de pessoas privilegiadas falando por ou em nome de pessoas menos privilegiadas realmente resultou (em muitos casos) em aumentar ou reforçar a opressão do grupo falado por. (Alcoff *apud* Silva, V. R. C; Zeferino, H. M. S; Chagas, A. C. C. S., 2023, p. 412).

As enunciações de pessoas pertencentes ao que a autora denomina de “localizações sociais privilegiadas”, como as de homens, brancos, heterossexuais, entre outras, que se põem no lugar de “porta-vozes” de outras pessoas ou grupo de pessoas podem oferecer riscos, uma vez que possivelmente acabam por aumentar a opressão sobre os grupos que procuram representar. Por isso, a tentativa de grupos privilegiados de ‘falar por’ vem sendo cada vez mais criticada por integrantes de certos grupos que se reconhecem política, histórica, social, economicamente oprimidos.

Os exemplos de situações cotidianas que apresentamos, juntamente com essa reflexão teórica empreendida por Alcoff (1992), trazem à tona a complexidade do problema de se falar em nome do outro. Nas práticas linguísticas diárias, é cada vez mais comum observarmos que pessoas de grupos sociopolíticos menos privilegiados não aceitam ser representadas por pessoas de grupos sociopolíticos privilegiados. Entre os argumentos que mobilizam para expressar tal rejeição, é comum lançar mão do termo “lugar de fala” como um modo de calar, desautorizar, interditar o outro tido como “não pertencente”, “estranho”, “estrangeiro” ao grupo que, sim, está autorizado a enunciar (pela concepção popular construída sobre o enunciado “lugar de fala”).

A interdição da fala de que tratamos acima pode ter efeitos diversos no funcionamento da sociedade, desde temores em se colocar sobre determinados assuntos até acirramento de litígios historicamente determinados.

A própria Linda Alcoff, no texto que estamos considerando aqui, apresenta uma discussão não extremada da questão. Diz, assim, a autora:

Nem sempre é o caso de que, quando os/as outros/as diferentes de mim falam por mim, eu sou prejudicado/a ou, quando falamos por outros/as, eles/as sejam prejudicados/as. Às vezes, como Loyce Stewart argumentou, precisamos de um/a “mensageiro/a” para defender nossas necessidades. A fonte de uma alegação ou prática discursiva em motivos ou manobras suspeitas ou em locais sociais privilegiados, afirmei, embora seja sempre relevante, não pode ser suficiente para repudiá-la. Devemos fazer mais perguntas sobre seus efeitos, questões que equivalem ao seguinte: permitirá o empoderamento das pessoas oprimidos/as? (Alcoff *apud* Silva, V. R. C; Zeferino, H. M. S; Chagas, A. C. C. S., 2023, p. 436).

Segundo a autora, nem sempre ‘falar pelo outro’ terá como efeito prejudicá-lo. É, certamente, relevante o que ela denomina de “local social” de fala do orador, mas este não deve ser suficiente para calá-lo, é preciso analisar os efeitos do discurso. Por vezes, acontece de o próprio oprimido não ter condições de falar por si próprio, e ter representantes sobre seus problemas sociais é interessante; a questão é refletir se o efeito do discurso “permitirá o empoderamento das pessoas oprimidos/as” (Alcoff *apud* Silva, V. R. C; Zeferino, H. M. S; Chagas, A. C. C. S., 2023, p. 436).

Diante do exposto até aqui, o presente trabalho parte da hipótese de que, muitas vezes, no debate político, a ideia de “lugar de fala”, tal como estudada pela filósofa, escritora, feminista negra Djamila Ribeiro, é erroneamente compreendida, sendo mobilizada, muitas vezes, como um mecanismo que sustentaria, conceitualmente, a interdição da fala do outro tido como “estranho”, “estrangeiro” a um determinado grupo social supostamente autorizado a falar. Nesse sentido, este trabalho justifica-se na medida em que produzirá análises que colocarão em cena as determinações semânticas que constituem a significação da expressão “lugar de fala” conforme ela funciona no texto de Ribeiro. Com isso, por meio de uma discussão científica e metodologicamente embasada, poderemos expor o problema conceitual a que incorre certos falantes ao trazerem o “lugar de fala” em suas enunciações.

Objetivos do trabalho

O objetivo deste trabalho é analisar a designação da expressão “lugar de fala” nos capítulos “O que é lugar de fala?” e “Todo mundo tem lugar de fala” na obra *Lugar de Fala*, de Djamila Ribeiro.

Diante desse objetivo geral, nossos objetivos específicos são:

- 1) analisar os memoráveis recortados pelo presente do acontecimento enunciativo do texto de Ribeiro;
- 2) compreender os contornos específicos dos domínios semânticos de determinação que fazem funcionar a designação “lugar de fala”.

Organização deste trabalho

A composição desta monografia será de dois capítulos: capítulo 1: O dispositivo teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento; capítulo 2: A designação da expressão ‘lugar de fala’ no livro de Djamila Ribeiro.

O capítulo primeiro é referente a teoria, trata de definir o dispositivo teórico-metodológico que será mobilizado para as análises deste trabalho, que é a Semântica do Acontecimento, sob a perspectiva dos estudos de Eduardo Guimarães, a qual toma como objeto de estudos o enunciado em textos existentes.

O capítulo segundo trata das análises, por sondagem, da expressão ‘lugar de fala’ no discurso de Djamila Ribeiro, mobilizando o domínio semântico de determinação para as análises semânticas, a fim de comprovar a hipótese acima colocada.

Capítulo 1 — Dispositivo teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento

Esta monografia mobiliza a semântica do acontecimento como dispositivo teórico-metodológico. Essa disciplina tem como objeto de estudo o enunciado enquanto este integra um texto. É importante ressaltar que, em primeiro lugar, o enunciado interessa a esta semântica enquanto materialização de uma enunciação e que o texto interessa enquanto materialização de um acontecimento enunciativo; em segundo lugar, que a semântica do acontecimento não aborda o sentido das palavras ou das expressões linguísticas tal como figura no dicionário, o qual trabalha com o significado ideal, fora das condições que o produziram; ao contrário, considera que o sentido é político, ideológico, inconsciente, dividido, produzido em condições de produção específicas.

Do ponto de vista da enunciação, o *enunciado* é a unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa. Estas características são consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação. (Guimarães, 2018, p. 15)

É possível compreender, em Guimarães, que o *enunciado* apresenta uma, isto é, ele apresenta uma materialidade linguística (uma materialidade fonética, morfológica e sintática) que precisa ser levada em consideração no momento de produzir uma compreensão acerca de seu funcionamento semântico; no entanto, não sendo essa materialidade linguística uma virtualidade, sua independência é relativa na medida em que sua condição material se dá porque é parte de um acontecimento enunciativo específico. O sentido de um enunciado, então, é construído, levando-se em consideração a relação entre a sua materialidade (sua consistência interna) e o todo do momento em que acontece, ou seja, a temporalidade que o acontecimento enunciativo recorta, a cena enunciativa que ele constitui, os domínios semânticos de determinação que faz funcionar. Vale reforçar que, para Guimarães, *sentido* é “a significação do enunciado, construído pela integração do enunciado ao texto.” (Guimarães, 2018, p. 18), e esses textos devem ser textos existentes, em situações reais, para que se possa fazer a sondagem e análise semântica do enunciado.

Sobre enunciação, podemos dizer que ela é o que ocorre quando se diz algo, é o acontecimento do dizer, é um acontecimento de linguagem que ocorre num espaço de enunciação específico. “A enunciação é um acontecimento que produz sentido”, nos ensina Guimarães (2018, p. 22), isto devido ao fato de que ela só acontece numa língua (a língua é o

seu suporte material) e também devido ao fato de que essa língua não só está em relação com outras línguas num espaço de enunciação específico, mas também possui falantes, os quais são determinados pelas línguas que falam (e que não falam). Para o autor, “o falante não é uma pessoa física, é um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no que chamamos espaço de enunciação” (Guimarães, 2018, p. 22).

O *espaço de enunciação* integra o que chamamos acima de condições de produção de um acontecimento enunciativo; ele é formado pela relação complexa entre falantes e línguas. Língua como sendo algo histórico, que pela prática humana produz significações ao longo do tempo, e o falante é, não um ser físico, biológico ou psíquico, mas uma figura linguística.

[...] não há espaço de enunciação que não seja múltiplo, pois, mesmo que nele haja “só uma língua”, ela não é uma só, ela se divide exatamente porque seu funcionamento está necessariamente exposto a algo externo, pois os falantes são determinados pelas condições históricas de existência. Isto é parte do que agencia o falante a enunciar, inclusive. O funcionamento das línguas está exposto ao falante que as afeta permanentemente. (Guimarães, 2018, p. 34)

A língua agencia o falante, lugar de enunciação, o que faz do *espaço de enunciação* um espaço político, haja vista que o agenciamento do falante pelas línguas é necessariamente desigual. Um exemplo disso é o espaço de enunciação brasileiro. Há diferentes línguas portuguesas em funcionamento nesse espaço. Ser falante do português normatizado, língua de Estado, é diferente politicamente de ser falante do português das periferias culturais, distante da língua estandarizada pelas gramáticas e dicionários. Esse falante do português das periferias culturais não é só determinado por essa língua que ele fala, mas também por não falar “como deveria” o português “língua de Estado”. As condições históricas de funcionamento das línguas num espaço de enunciação determinam politicamente o falante, já que ele só tem existência porque é falante de uma língua.

Quando a teoria da semântica do acontecimento traz o falante como um elemento imprescindível para tratar do funcionamento semântico de um enunciado, ela está, na verdade, recolocando a subjetividade como central para a descrição e análise linguísticas. Vejamos como, em sua tese de doutorado, *As divisões da língua portuguesa no espaço de enunciação uruguaio*, Gabriel Leopoldino dos Santos trata dessa questão da subjetividade e seu papel na enunciação: “o sujeito entra na teoria na condição de falante, que não se confunde com a pessoa no mundo empírico”, “o falante é uma figura teórica, uma figura política constituída pelos espaços de enunciação” (Santos, 2017, p. 54). A meu ver, a fala de Santos reforça o que afirmamos acima, qual seja, a de que o falante é agenciado pela língua, e que ele é um lugar ao mesmo tempo linguístico e político.

Entender o sentido de político no espaço de enunciação é necessário:

O político é, assim, marca da divisão dos sentidos, isto é, ele é a marca da impossibilidade de se pensar no “todo”, na “completude” do sentido. Todo acontecimento enunciativo é agenciado pelo político, na medida em que ele determina a constituição do memorável, a configuração da cena enunciativa do presente do acontecimento e a futuridade dos sentidos. (Santos, 2017, p. 54 – 55)

Sendo impossível pensar na “completude” do sentido, temos de considerar que ele é sempre clivado, dividido. Essa clivagem, além de estar relacionada com tudo o que mostramos anteriormente, está relacionada, também, com o fato de que todo acontecimento enunciativo constitui uma *cena enunciativa*, a qual distribui os lugares de enunciação de um certo modo que tal configuração participa dos contornos semânticos de um enunciado. Assim, o sujeito, enquanto falante de uma língua, ao enunciar, expõe em sua enunciação a cena enunciativa que a torna possível significar de uma forma e não de outra. Ao se mudar os lugares de enunciação na cena enunciativa, os sentidos também são afetados.

Para tratar da análise do enunciado, é importante, também, definir melhor o que é *acontecimento* do ponto de vista desta disciplina, a semântica do acontecimento. O *acontecimento* de que falamos é o *acontecimento da enunciação*, que é compreendido diferentemente de outras disciplinas do conhecimento humano, como o campo da história. Guimarães define “o acontecimento como o que faz diferença na sua própria ordem” (Guimarães, 2018, p. 37). Nesse sentido, todo acontecimento enunciativo carrega uma especificidade que lhe é própria, a sua temporalidade, que é aquilo “que faz diferença na sua própria ordem”. Ainda afirma Guimarães (2018, p. 39): “A diferença que constitui a especificidade do acontecimento é uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente e um futuro. Nesta medida o acontecimento não está no tempo, o acontecimento constitui sua temporalidade”. Entende-se, com isso, que o passado está relacionado com um recorte de enunciações passadas operado pelo presente do acontecimento enunciativo; o futuro são os sentidos que o dizer projeta e que estarão presentes naquilo que se desdobrará a partir desse batimento entre presente, passado e futuro no acontecimento do dizer. Sendo assim, há dois termos importantes de se entender, os quais aparecem nas ideias desenvolvidas por Guimarães: “ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento, chamo de *memorável*, e esta projeção de enunciações futuras, de *futuridade*.” (Guimarães, 2018, p. 41).

Sobre isso, Santos (2017) diz:

Todo acontecimento enunciativo recorta de certa maneira esse passado de enunciações que aí comparece sob a forma de um *memorável*. É pelo batimento, no

entanto, do presente do acontecimento com o memorável que ele recorta que a futuridade constitui-se como a própria possibilidade de significação do acontecimento. (Santos, 2017, p. 53)

Portanto, algo é acontecimento na sua própria ordem devido a um convívio de temporalidades, o dizer é atravessado por um passado que se apresenta sob a forma de memorável — não sendo, portanto, um passado datado, uma cronologia, um tempo documentado — que interfere no presente do acontecimento, abrindo para a possibilidade de emergência de um novo sentido ou apontando para a repetição histórica de um sentido; seja pela via do algo novo, seja pela via da repetição, isso que se dá a partir do batimento entre presente e passado é o que a teoria da semântica que mobilizamos chama de futuridade.

“Enunciar num acontecimento é dizer algo com *sentido* que se produz pela temporalidade própria de cada acontecimento” (Guimarães, 2018, p. 41), sendo o enunciado a nossa unidade de análise, o *sentido* do enunciado deve ser considerado na relação dos seus elementos linguísticos com a integração com o todo do texto. É importante destacar, nessa citação, que Guimarães diz a respeito da integração dos elementos linguísticos com “o todo do texto” e não com o texto todo no trabalho de análise semântica. Levar em consideração o “todo do texto” é olhar para o interno e o externo da materialidade linguística, saber “escutar” aquilo que se diz pelas vias do não-dito.

Um elemento fundamental na produção de sentido no acontecimento da enunciação é o agenciamento do falante, que é um lugar de enunciação, em seu dizer.

A produção de sentido pelo acontecimento da enunciação envolve um aspecto fundamental: o agenciamento do falante, pelo funcionamento da enunciação, em *aquele que diz*. No acontecimento de enunciação, estabelece-se uma *alocução*, ou seja, uma relação constituída pela prática da linguagem, pelo agenciamento dos falantes que assim dizem. (Guimarães, 2018, p. 43)

O falante é agenciado a dizer, não de acordo com suas intenções pessoais, mas de acordo com um lugar social e político que ocupa. O seu dizer pode mudar de acordo com o lugar social que o interpela: “o falante ao ser agenciado a enunciar é dividido, pelo próprio agenciamento do falante, em Locutor e alocutor.” (Guimarães, 2018, p. 45). A noção de agenciamento político da enunciação tratada por Guimarães é importante metodologicamente porque mostra como o sujeito, na condição de falante, é sempre um lugar de enunciação dividido, nunca inteiro, nunca completo, nunca homogêneo em si mesmo. Todo acontecimento enunciativo, dado seu agenciamento político, divide o falante em três lugares de enunciação que, juntos, contribuem para que o sentido de uma enunciação apresente certa direcionalidade. O primeiro lugar de enunciação é do *Locutor*, é o *lugar que diz*, agenciado pelas sistematicidades linguísticas, é o

lugar de enunciação que se apresenta como o responsável pelo dizer; o lugar social e político que o falante ocupa é o *alocutor*, é o *lugar social de dizer*, agenciado pelas condições histórico-sociais que o produzem.

Como dito acima, o agenciamento da cena enunciativa é político, na medida em que isso aponta para o fato de que a configuração semântica presente num determinado enunciado é sempre dependente de uma estruturação enunciativa, e nunca por uma imanência, uma essência que estariam nas palavras. Na relação da cena enunciativa, temos o *L* (Locutor), aquele que se apresenta como o responsável pelo dizer na unidade do texto; por outro lado, temos o *al-x* (alocutor-x), o lugar social de dizer. O *al-x* significa a não intencionalidade do dizer, agenciado por um lugar social; o x de *al-x* representa um aspecto possível do agenciamento do falante pelo memorável, podendo, pela influência de outro memorável em outra cena enunciativa, ser um *al-xi*, *al-xj*, *al- xl...*, que seria o conflito com os dizeres de outros alocutores, segundo E. Guimarães.

Diante deste litígio da enunciação, Guimarães nos traz um termo interessante, a *politopia*: “Podemos dizer, então, que a enunciação é *politópica*, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação” (Guimarães, 2018, p.58). E ainda afirma:

O agenciamento do falante, portanto, não agencia alguém, nem mesmo um lugar específico, o agenciamento do falante no acontecimento o agencia dividindo-o por uma politopia da cena enunciativa. Na cena enunciativa fala-se a partir de lugares diferentes. O agenciamento do falante o divide por esta politopia da cena de enunciação, do acontecimento do dizer (segundo sua temporalidade específica). (Guimarães, 2018, p. 61)

A noção de *politopia* mostra que a enunciação, para que ela possa existir, depende dessa ocupação, pelo falante, de diferentes lugares de enunciação. Os diferentes lugares de enunciação do falante não são processos conscientes por parte do falante, mas sim instaurados pelo próprio funcionamento do acontecimento enunciativo.

Segundo Guimarães, o Locutor, ao ser agenciado a dizer, institui um Locutário, um alguém para quem ele diz; o alocutor-x, ao ser agenciado a dizer, institui um alocutário-x, o lugar social para o qual ele diz; e falando em *enunciador* é “o lugar de dizer, que se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal ou genérico. O enunciador não projeta um tu, é um modo de um eu se apresentar na sua relação com o que se diz (o que se diz por quem diz)” (Guimarães, 2018, p. 62).

A configuração apresentada da cena enunciativa no espaço de enunciação leva à reflexão sobre como a língua é exterior ao sujeito, é marcada pela sua historicidade, a relação de um eu com um tu e a relação de um eu com o que se diz, “o lugar de dizer (o enunciador) se relaciona

com aquilo que diz significando relações diferentes entre o lugar de dizer e o que se diz”, na enunciação “não há um eu sempre o mesmo, que configura um tu, sempre o mesmo (Guimarães, 2018, p.63).

“O agenciamento do falante o divide na cena em lugares de enunciação: o daquele que diz (Locutor), o lugar social de dizer (alocutor), e o lugar de dizer (enunciador)” (Guimarães, 2018, p. 72). Isso é o que constitui a politopia, como explicado acima, da cena enunciativa, na qual os lugares se relacionam uns aos outros e, na sua integração, produzem sentido.

1.1. Procedimentos de análise da semântica do acontecimento

O acontecimento de enunciação agencia o falante, que é tomado pela língua e seus múltiplos funcionamentos (fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos etc.), instando-o a ocupar certos lugares de enunciação . Esse agenciamento é político, produz diferentes enunciações pelos modos de agenciamento do falante. A materialidade dessas enunciações são os enunciados que, como sabemos, integram textos. Guimarães (2018, p. 75) nos ensina que “[esta] relação de integração se configura por dois modos de relação fundamentais: o de articulação e o de reescrituração.”

Sendo nossa unidade de análise o enunciado, este deve ser analisado levando-se em conta, então, que ele integra um texto. Essa é a condição do enunciado: integrar texto. E um dos primeiros gestos de análise é o da *sondagem*. Baseando-nos em E. Guimarães:

A sondagem se caracteriza por encontrar, por exemplo, um enunciado, em um recorte do acontecimento de enunciação, e explorar este enunciado enquanto elemento deste recorte e assim integrado ao texto que se recorta. Cada sondagem pode ser relacionada a outras sondagens que possam indicar a necessidade de modificação na análise, que possa eventualmente reformulá-la, que possa colocá-la em questão. (Guimarães, 2018, p. 75-76)

Na sondagem, trabalha-se com recortes de textos do acontecimento da enunciação para se fazer análise deste recorte, sem esquecer o todo ao qual faz parte. Pode-se trabalhar com mais de um recorte do acontecimento da enunciação, e cada sondagem, relacionando-se uma a outra, pode gerar a necessidade de modificação na análise. Elege-se enunciado que seja decisivo diante do questionamento do acontecimento de enunciação em questão.

Tendo realizado esse trabalho primeiro de sondagem, o procedimento analítico pode caminhar para diferentes direções. Um desses caminhos pode ser a observação dos modos de relação enunciativa para análise semântica de enunciados: a articulação e a reescrituração. Tomando que o enunciado tem consistência interna e independência relativa, “[a] análise deve

levar em conta estes dois aspectos. O modo de articulação se apresenta em virtude da primeira das características, e o de reescrituração, em virtude da segunda.” (Guimarães, 2018, p. 79)

1.2 Modos de relação enunciativa

1.2.1 Modos de relação enunciativa por articulação

Como dito acima, ao tomar o enunciado em sua consistência interna, a análise encaminha-se a para a observação da relação por articulação.

Chamo de articulação relações como predicação, complementação, caracterização (relação determinante – determinado), e outras, tradicionalmente consideradas no estudo da frase ou enunciado. [...] é uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento (Guimarães, 2018, p. 80)

Essa relação permite compreender como os elementos linguísticos se articulam para construir sentido e pode se dar de três modos diferentes: dependência, coordenação e incidência.

Na articulação por dependência, segundo Guimarães, os elementos próximos se organizam de modo a constituir um só elemento, como a relação de substantivo e um adjetivo que lhe caracteriza formando uma única oração. Como exemplo, podemos mencionar: “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (Ribeiro, 2021, p. 69). Aqui, vemos que “O” e “social” articulam-se a “lugar”, produzindo, assim, uma determinação semântica. Não se está tratando de qualquer lugar, mas, sim, de um lugar *social*. Além disso, “discursiva” articula-se a “consciência”, o que permite observar os contornos semânticos dessa consciência de que se está falando. Não é uma consciência cognitiva, intencional, psicológica; é uma consciência que se mostra no e por meio do discurso. Como se observa, essa relação de articulação recorta memoráveis importantes para a compreensão semântica do funcionamento enunciativo.

A articulação por coordenação “é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes” (Guimarães, 2018, p. 81). Propõe uma relação de elementos como orações que se articulam, se completam numa relação de contiguidade formando um único elemento de mesmo tipo. Um exemplo dessa relação de articulação por coordenação é o seguinte: “O lugar social que as mulheres negras ocupam e o modo pelo qual é possível tirar proveito disso nos apresenta uma trilha interessante” (Ribeiro, 2021, p. 54). Nesse exemplo, “o lugar social que as mulheres negras ocupam” e “o

modo pelo qual é possível tirar proveito disso” aparecem articulados pela conjunção “e” na materialidade do dizer. Do ponto de vista da semântica do acontecimento, essa articulação pode ter papel importante no funcionamento do enunciado, visto que o acontecimento, ao apresentar esses dois elementos como sendo “mesma natureza” (cf. Guimarães, 2018), produz uma sinonímia que produz uma determinação semântica interessante de ser levada em consideração.

A articulação por incidência “é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo” (Guimarães, 2018, p. 81). Um elemento externo que ao se articular com o outro elemento modifica seu significado, provoca, por exemplo, um julgamento, lhe dá uma nova caracterização, insere uma argumentação. Para exemplificar, citamos: “Obviamente que esses indivíduos reacionários pertencentes a grupos oprimidos estão legitimando opressões ao proferirem certos discursos”. Nesse enunciado, temos “obviamente” como uma marca linguística que mostra uma relação argumentativa que afeta o funcionamento semântico do enunciado. Nesse caso específico, uma imaginária transparência do dizer é o que está sendo significado por meio dessa marca linguística.

Não se pode pensar que as relações por articulação tratam de trechos internos dos enunciados como independentes, elas analisam o enunciado numa relação de contiguidade sendo integrante ao texto.

1.2.2 Modos de relação enunciativa por reescrituração

A reescrituração é uma maneira de redizer o que já foi dito, retoma um elemento do texto, palavra ou expressão, por meio de outro elemento. “O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado” (Guimarães, 2018, p.85), diferente da articulação que se caracteriza por relações segmentais ou de contiguidade. Guimarães no diz que a relação por reescrituração coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na construção de sentido dos enunciados:

Vou chamá-la de *operação enunciativa de atribuição de sentido* (determinação semântica). Trata-se de uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, por modos de relação específicos variados. Uma expressão pode retomar outra, pode negá-la, pode redizê-la em outros termos. (Guimarães, 2018, p. 86)

É por determinação semântica que pretendo trabalhar nas análises dos enunciados desta monografia, a DSD, que será abordada logo à frente. Vemos que por reescrituração, pela

retomada de um elemento do texto, é possível entender diferentes compreensões do dizer e em específico o sentido do dizer no enunciado da cena enunciativa em estudo.

A reescrituração se dá em diversos modos, segundo Guimarães: por *repetição*, *substituição*, *elipse*, *expansão* e *condensação*. Os diversos modos de redizer o dito produz uma relação de sentido:

A reescrituração por *repetição* trata de redizer um termo que já foi dito no texto. Semanticamente, isso pode produzir uma relação de *especificação* ou de *sinonímia*. A própria repetição da expressão “lugar de fala” é um exemplo desse fato de linguagem. Somente o movimento analítico poderá determinar o que essa repetição significa no funcionamento enunciativo.

Na reescrituração por *substituição* é comum o uso de anáfora, produz relação semântica de *sinonímia* a qual pode incluir novo sentido ao termo do enunciado, o mesmo sentido pode ser atribuído para relação de *elipse*. Para exemplificar, podemos citar: “Spivak é uma das autoras importantes para se pensar lugar de fala. [...] A intelectual problematiza o fato [...]”. Vemos, nesse excerto, uma reescrituração de “Spivak” por “a intelectual”. Tal reescrituração pode ter importância no movimento analítico, uma vez que se mostra aí um recorte de um certo memorável pelo acontecimento da enunciação.

A reescrituração por *expansão* detalha, muitas vezes por enumeração o sentido do termo redito no texto que semanticamente pode produzir sentido de *desenvolvimento* ou *definição*. Como ilustração desse fato enunciativo, mencionamos: “Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (Ribeiro, 2021, p. 64). Aqui, temos a produção de uma definição que se mostra por meio de uma relação de reescrituração entre “lugar de fala” e “refutar a historiografia [...]”, sendo o segundo elemento reescrituração do primeiro.

Em oposição há a reescrituração por *condensação*, esta generaliza ao retomar parte do texto e até se refere a algo mais que ali ficou implícito, a condensação produz valor semântico de *globalização* ou *totalização*. Vejamos um exemplo: “Houve uma manifestação, por parte de vários setores da sociedade, contra essa proposta, mas, para contextualizar, de forma geral, mulheres negras, antes da proposição da PEC, já tinham dificuldade em se aposentar. [...] Esse grupo historicamente sempre se viu à margem” (Ribeiro, 2021, p. 65). Nesse fragmento, “mulheres negras” é reescriturado por condensação por “esse grupo”, o que poderia produzir, do ponto de vista semântico, um sentido de homogeneidade de todos os indivíduos que se reconhecem como “mulheres negras”.

Há que se esclarecer que os modos de análise por reescrituração não são privativos, estes modos de significar a reescrituração, citados acima, podem significar a reescrituração com variados modos de relação, “em outras palavras, o modo de reescrituração não é correlato direto de modos de significar” (Guimarães, 2018, p. 93).

1.3 Designação e Domínio Semântico de Determinação (DSD)

A designação é o sentido de uma palavra, um nome, uma expressão em sua relação com outros significantes no acontecimento da enunciação. É uma relação de linguagem, uma “relação exposta ao real”, conforme afirma Guimarães (2018) no excerto a seguir:

A designação de uma palavra, de um nome é sua significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, e também, e por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história. Deste modo a significação identifica objetos. (Guimarães, 2002, p. 9 *apud* Guimarães, 2018, p. 153)

A significação de um termo depende do acontecimento enunciativo em que aparece, visto que é o próprio acontecimento que, dado seu funcionamento político e histórico, configura uma cena enunciativa e uma temporalidade que são as condições de sua produção (da significação). A designação depende da relação com o texto, de um enunciado específico dentro de determinada cena enunciativa.

Tendo em vista a questão de o sentido ser histórico, político e social, falamos em *designação* de uma palavra, um nome, uma expressão para tratar, metodologicamente, do sentido sempre dividido, sempre produzido no acontecimento enunciativo. (Santos, 2017, p. 91)

A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo, o mundo enquanto significado pela linguagem; é uma maneira de apreensão do real. Não tratamos a palavra segundo sua etimologia, mas segundo as relações que constroem nas enunciações. Essas relações culminam no *Domínio Semântico de Determinação*.

Considerando que a designação é uma relação de linguagem, o Domínio Semântico de Determinação (DSD) é a análise da designação de um nome, de uma expressão, de uma palavra. Configura-se por relações de determinação semânticas que se mostram por meio de vários processos linguísticos, como os da reescrituração e da articulação.

Existe uma escrita específica, por meio de alguns sinais, para representar a relação de atribuição de sentido de uma expressão sobre outra (de determinação), segundo Guimarães (2018, p. 157): $\vdash \vdash \top \perp$.

O elemento que estiver na ponta do traço determina, atribui sentido, ao elemento que estiver depois do traço que interrompe o primeiro traço. Por exemplo $x \dashv y$, x determina y , ou $y \vdash x$, x determina y . Por outro lado $—$ significa uma relação de sinonímia e um traço contínuo $—$ significa uma oposição, uma antonímia entre o elemento que estiver acima e o que estiver abaixo do traço. (Guimarães, 2018, p 157)

Então, as análises semânticas que apresentaremos no próximo capítulo, sobre o termo *lugar de fala*, no discurso de Djamila Ribeiro, levarão em conta a discussão teórico-metodológica realizada neste capítulo.

Capítulo 2 — A designação da expressão “lugar de fala” no texto de Djamila Ribeiro

O acontecimento enunciativo do texto de Djamila Ribeiro, ao instaurar uma cena enunciativa, configura um Locutor agenciado pelo alocutor-mulher negra acadêmica. A partir dessa configuração enunciativa, é possível falar de “lugar de fala” a partir da teoria do *feminist standpoint* (ponto de vista feminista, em português), argumentado na obra de Patrícia Hill Collins, de 1990, *Pensamento do Feminismo Negro*:

Em primeiro lugar, o *standpoint theory* refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos. Grupos têm um grau de continuidade ao longo do tempo de tal modo que as realidades de grupo transcendem as experiências individuais. (Collins, 1997, p. 9 *apud* Ribeiro, 2021, p. 59)

O principal grupo referenciado na obra é o das diferentes formas de ser mulher considerando gênero, raça, classe, geração, sem o predomínio de uma característica sobre a outra. Historicamente, as mulheres pertencentes a mesmos grupos vivenciam experiências semelhantes.

Além disso, no capítulo intitulado “o que é lugar de fala?” (Ribeiro, 2021, p. 53), a autora compromete-se com uma ideia de *discurso* segundo a perspectiva foucaultiana. Diz-nos a autora:

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que quando utilizarmos a palavra discurso no decorrer do livro e falarmos da importância de se interromper o regime de autorização discursiva, estamos nos referindo à noção foucaultiana de discurso. Ou seja, de não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle. (Ribeiro, 2021, p. 54-55)

Este fragmento é importante porque nos dá os primeiros elementos para compreendermos a designação da expressão “lugar de fala” no texto de Djamila Ribeiro. Ao se filiar a uma noção discursiva foucaultiana, podemos dizer que a reflexão de Ribeiro não se dará no domínio das intenções de alguém, mas sim no âmbito do “sistema que estrutura determinado imaginário social”. Falar em “sistema” envolve pensar que há algo que sempre funciona como anterioridade aos falantes, uma vez que esse algo é o que os determina. Tal anterioridade não é localizável no tempo enquanto uma datação precisa, documentada, mas sim como uma construção histórica perpassada por um certo esquecimento. O sistema não é controlado por um

indivíduo ou por um grupo de indivíduos, mas é uma construção social e histórica que escapa ao controle consciente, intencional, individual. É nessa perspectiva, então, que é preciso olhar para “esse sistema que estrutura determinado imaginário social”.

Antes de adentrarmos nas análises propriamente ditas, há outro excerto que julgamos imprescindível, que corrobora a justificativa para a realização deste nosso trabalho. Eis o excerto:

Acredito que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase “fique quieto, esse não é o seu lugar de fala”, ou já devem ter lido textos criticando a teoria sem base alguma, com o único intuito de criar polêmica vazia. Não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto muitas vezes há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram. (Ribeiro, 2021, p. 55)

Como dissemos acima, este fragmento de texto corrobora a justificativa de nosso trabalho. Isso porque, conforme apresentamos na introdução, muitas vezes a expressão “lugar de fala” aparece como um argumento mobilizado para desautorizar o outro a falar sobre determinados assuntos, sobretudo, quando o que se está em questão são discussões relativas às pautas das minorias políticas. Na esteira do que nos diz a autora, é comum ouvirmos de alguns militantes “fique quieto, esse não é o seu lugar de fala”. A partir do excerto supracitado, depreendemos que esse uso mais generalizado da expressão “lugar de fala” representa um pseudoconceito científico.

Diante do que acabamos de afirmar, o primeiro recorte que será trabalhado é o seguinte:

Recorte 1:

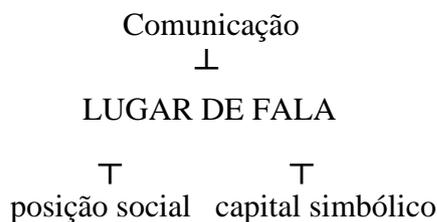
“Nesse sentido dado pela Comunicação, o conceito serviria para analisar que o lugar de fala da imprensa popular seria diferente do lugar de fala do que eles chamam de jornais de referência e, nesse artigo especificamente, mostra-se que esse lugar da imprensa popular vai além do sensacionalismo. Para a autora é necessário compreender as posições sociais e os capitais simbólicos de modos distintos.” (Ribeiro, 2021, p. 56)

O recorte 1 apresenta um texto que surge quando Djamilia Ribeiro mostra como “lugar de fala” é compreendido pela área da Comunicação. Nesse sentido, podemos dizer que “Comunicação”, enquanto palavra que nomeia uma área do conhecimento acadêmico,

determina “lugar de fala”. Essa determinação retira, logo de imediato, o termo em análise do domínio de pensamento leigo e insere-o no domínio do conhecimento acadêmico.

Há, ainda, duas outras determinações importantes: uma, que é “posições sociais”; outra, que é “capitais simbólicos”. Essas duas determinações semânticas permitem interpretarmos que “lugar de fala” não significa um lugar consciente, intencional a partir do qual se fala qualquer coisa. Falar em “simbólico” e em “posição social” já é olhar para uma outra instância que determina os sujeitos falantes, mas que não se localiza em suas consciências, em suas intenções mais superficiais.

Assim, temos o primeiro domínio semântico de determinação (DSD):



Passemos ao recorte 2.

Recorte 2:

“Para além dessa conceituação dada pela Comunicação, é preciso dizer que não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa. Acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre *feminist standpoint* — em uma tradução literal “ponto de vista feminista” — diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial.” (Ribeiro, 2021, p. 57)

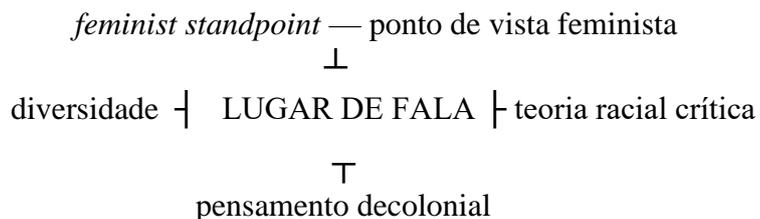
Neste recorte, vemos uma reescrituração por repetição de “lugar de fala”. O que se vê no conjunto das determinações semânticas é que, além de uma reescrituração por repetição de “Comunicação”, o que cria o efeito de sentido de ratificação daquilo que apareceu no recorte 1, há também a determinação por “origem imprecisa”, por “feminist standpoint”, por “ponto de vista feminista”, por “diversidade”, por “teoria racial crítica” e por “pensamento decolonial”.

Vemos, por um lado, uma enunciação acadêmica que se marca, especificamente, pela maioria das determinações assinaladas no parágrafo anterior. Isso nos permite olhar, novamente, para a cena enunciativa configurada no acontecimento enunciativo do texto de Djamila Ribeiro. Há aí um enunciador-universal, que marca um dizer da ciência. Apesar de

haver uma determinação semântica que, num primeiro momento, apontaria para uma imprecisão (“origem imprecisa”), as demais determinações confirmam que “lugar de fala” assume um funcionamento acadêmico, e não um funcionamento do senso comum.

Há um conjunto teórico que é recortado pelo acontecimento enunciativo e que se deixa observar pelos termos “feminist standpoint”, “ponto de vista feminino”, “diversidade”, “teoria racial crítica” e “pensamento decolonial”. A reescrituração por substituição que observa entre “ponto de vista feminino” e “feminist standpoint” é importante, uma vez que isso mostra um atravessamento de um pensamento mais amplo, que se faz presente não só no Brasil, mas em outras partes do mundo. A tradução do termo “feminist standpoint”, a qual ocorre por meio da reescrituração por substituição, é importante porque produz como efeito de sentido uma apropriação teórica capaz de descrever e analisar certos fenômenos sociopolíticos do Brasil. As outras determinações apontam para um sentido de “lugar de fala” marcadamente teórico, produto de um conjunto de pensamentos que se produz no interior de teorias.

Dessa forma, podemos ter o seguinte DSD:



O terceiro recorte é o que se segue:

Recorte 3:

“Há estudiosos que pensam lugar de fala a partir da Psicanálise, analisando obras de Michel Foucault, de estudos de Linda Alcoff, filósofa panamenha, e de Gayatri Spivak, professora indiana, como em ‘Uma epistemologia para a próxima revolução’ e *Pode o subalterno falar*”, respectivamente. Aqui, pretendemos pensar a partir dessas autoras e, principalmente, de Patricia Hill Collins, a partir do *feminist standpoint* e Grada Kilomba, em *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism*” (Ribeiro, 2021, p. 58)

Aqui, mais uma vez, “lugar de fala” é determinado por um conjunto de determinações semânticas que atestam para um memorável científico-acadêmico. Podemos, então, dizer que “Psicanálise”, “Michel Foucault”, “Linda Alcoff”, “Gayatri Spiva”, “Patricia Hill Collins” e “Grada Kilomba” determinam semanticamente “lugar de fala”. Quando a enunciação do

Locutor recorta esse DSD, conseguimos observar melhor os contornos que assumirá a ideia de *lugar de fala* no texto de Djamila Ribeiro. É possível dizer que *lugar de fala* é um conceito muito mais profundo do que aquele que é mobilizado muitas vezes pelas militâncias. O inconsciente e a ideologia devem fazer parte da compreensão desse termo.

Está presente no recorte 3 uma reescrituração por repetição de “feminist standpoint”, o que reafirma o olhar feminista que atravessa o sentido hegemônico de “lugar de fala” no acontecimento enunciativo do texto de Ribeiro. Não se trata, então, de qualquer compreensão de “lugar de fala”, mas de uma compreensão bastante particularizada. O recorte desses nomes e dessas obras, pelo acontecimento enunciativo, determinam semanticamente “lugar de fala”.

Psicanálise Grada Kilomba

⊥ ⊥

Michel Foucault | LUGAR DE FALA | Linda Alcoff

⊥ ⊥

Gayatri Spivak Patricia Hill Collins

Essa nossa interpretação que fazemos a partir do DSD configurado acima é corroborada por Ribeiro quando afirma:

Como explica Collins, quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades. (Ribeiro, 2021, p. 60)

A Psicanálise recortada como memorável pelo acontecimento enunciativo, ao lado da teoria racial crítica, do pensamento decolonial, dos pensamentos de Michel Foucault, de Patricia Hill Collins, de Gayatri Spivak, de Grada Kilomba, produz como efeito o sentido de que “lugar de fala” não é um lugar individual, mas sim social. Desse modo, quando certos militantes afirmam “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”, por mais que esse enunciado possa funcionar do ponto de vista de sua performatividade política, não pode ser atribuído ao pensamento conceitual proposto por Djamila Ribeiro. Não são as experiências individuais que interessam para se pensar o lugar de fala, mas sim a compreensão do lugar que uma determinada fala ocupa na estrutura de poder.

Para entendermos melhor isso, vejamos o exemplo mencionado pela própria autora:

Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma. (Ribeiro, 2021, p. 60)

Segundo o que vemos no excerto que se acaba de citar, não é a experiência individual de uma mulher negra que se leva em consideração para se falar em *lugar de fala*. O que interessa é a compreensão do lugar social que a mulher negra ocupa na estrutura de poder de uma determinada formação social. Isso não inviabiliza, por exemplo, que uma mulher branca possa lutar junto com as mulheres negras, desde que as mulheres brancas compreendam, precisamente, que a estrutura de poder é desigual e que compreendam, também, o lugar social ocupado pelas mulheres negras no interior dessa estrutura desigual.

É preciso reiterar, então, que o *lugar de fala* é um conceito teórico utilizado para descrever uma posição, diríamos, no discurso. Não é um lugar individualizado, empírico, psicológico. É uma posição na estrutura de poder, e diferentes falantes podem inscrever-se num determinado lugar (social) de fala. Mais uma vez, vejamos o que diz Ribeiro (2021) sobre essa questão:

E, mesmo sobre indivíduos do mesmo grupo, Collins salienta que ocupar localização comum em relações de poder hierárquicas não implica em se ter as mesmas experiências, porque a autora não nega a dimensão individual. Todavia, aponta para o fato de que justamente por ocuparem a mesma localização social, esses indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder. (Ribeiro, 2021, p. 64)

A partir do que vemos, podemos dizer que, mesmo que cada movimento social tenha suas pautas de lutas e suas particularidades, é possível — mas não é obrigatório — que diferentes grupos sociais ocupem um mesmo lugar de fala, visto que, como insistimos, um lugar de fala, segundo o que esse termo significa no acontecimento enunciativo do texto de Ribeiro, é uma certa posição na estrutura de poder.

Tendo em vista o que dissemos até aqui, o recorte 4 será bastante ilustrativo:

Recorte 4:

“O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (Ribeiro, 2021, p. 64)

No quarto recorte, *lugar de fala* aparece como sinônimo de refutar, ou seja, refutar uma tradição (a da historiografia tradicional) e uma hierarquização (a de saberes). Podemos dizer, então, que “refutar” determina “lugar de fala”, na medida em que “lugar de fala” não é parte da “historiografia tradicional e (d)a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. Esse efeito de definição sobre o que é *lugar de fala* por meio de uma negação aparece logo no início do recorte, quando se tem que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir”.

A *historiografia tradicional*, citada no recorte, pode ser considerada uma reescrituração por condensação de toda a narrativa histórica hegemônica que localiza certos grupos sociais nas camadas mais baixas das relações de poder, a partir de elementos que favorecem a desigualdade social, como os de raça, gênero, classe e sexualidade. Por meio dessa reescrituração, o acontecimento faz rememorar um passado de enunciações, que é colocado como aquilo a que se precisa opor.

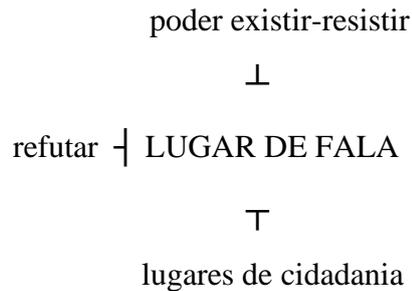
Do mesmo modo, o termo “hierarquização de saberes” também funciona como uma reescrituração por condensação de todo um conjunto de saberes que são valorizados em detrimento de outros. Por meio da condensação, o acontecimento enunciativo em análise pode tornar presente um conjunto de saberes desigualmente valorizados diante da hierarquia social estabelecida por grupos que ocupam os principais lugares de poder. Sabemos que a hierarquia social é hegemonicamente masculina, branca, heterossexual; portanto, todos os outros grupos pertencentes a raça, gênero, classe e sexualidade diferentes da normatividade têm seus saberes negados, apagados, silenciados.

Então, refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes seria uma forma de resistir-existir, de responder à sociedade sobre esses grupos, com determinadas localizações sociais, para que tenham permissão para acessar lugares de cidadania.

Podemos ter a seguinte paráfrase:

Ter lugar de fala é acessar lugares de cidadania. É refutar a localização histórica determinada a grupos sociais subalternizados cujos saberes foram desvalorizados perante a hegemonia masculina branca heterossexual.

Temos o seguinte DSD:



Um *lugar de fala* significa um furo na historiografia tradicional e na hierarquização de saberes imposta pela hierarquia social. Não se trata de dar voz a um indivíduo, que possui suas vivências, suas dores, suas conquistas, mas sim de colocar em cena um outro discurso, de fazer circular socialmente outros sentidos, de ressignificar palavras, expressões. É do jogo político que falamos quando falamos de *lugar de fala*. Diferentes indivíduos, com vivências diferentes, com alegrias diferentes, com dores diferentes podem, assim, ocupar um mesmo lugar de fala na estrutura de poder. Djamila Ribeiro (2021) é muito enfática quando diz:

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (Ribeiro, 2021, p. 64)

O que vemos, muito comumente, na prática enunciativa de alguns militantes políticos é um sentido de *lugar de fala* essencialista, individualista, ao contrário do que as análises da designação de “lugar de fala” no texto de Djamila Ribeiro apontam. Nesse sentido, dizer “eu tenho lugar de fala”, “você não tem lugar de fala” corrobora essa visão essencialista que se procura romper. Não se trata, então, de um indivíduo ter ou não lugar de fala por ter sofrido/vivido esse ou aquele fato particular, mas de um certo conjunto de ideias, de sentidos, de formulações constituir um lugar de fala na estrutura hierárquica desigual de poder numa formação social¹ dada.

Diante do que expusemos até aqui, diríamos que poderia ser mais interessante uma mudança de verbos a serem utilizados juntamente com a expressão “lugar de fala”. Utiliza-se, com frequência, o verbo “ter”, inclusive o próprio texto de Ribeiro assim o faz. No entanto, ao se referir às ideias de Collins — que, como sabemos, é uma referência teórica importante no texto de Ribeiro — uma palavra chama nossa atenção, qual seja, o verbo “ocupar”. Esse verbo aparece da seguinte maneira: “[...] Collins salienta que ocupar localização comum em relações

¹ A utilização da expressão “formação social” não é utilizada por Djamila Ribeiro. Esse termo aparece como parte de nosso movimento interpretativo, tendo em vista nossa inscrição às teorias materialistas da significação.

de poder hierárquicas não implica em se ter as mesmas experiências, porque a autora não nega a dimensão individual” (Ribeiro, 2021, p. 64). Apesar de o verbo “ocupar” não ter adquirido uma dimensão nocional importante no trabalho de Ribeiro, nossa interpretação, a partir das análises dos DSDs, permitiria pensar que a ocupação de um lugar de fala é mais consequente teoricamente do que a posse (“ter”) de um lugar de fala. É o acontecimento enunciativo do texto em análise que nos permite “escutar” a questão de que não se tem um lugar de fala, ocupa-se um lugar de fala, visto que o lugar de fala é uma posição no discurso. Nessa perspectiva, o feminismo é um lugar de fala, o antirracismo é um lugar de fala, o ambientalismo é um lugar de fala etc. Do mesmo modo, o machismo é um lugar de fala, o racismo é um lugar de fala, a homofobia é um lugar de fala. São lugares de fala porque reúnem sentidos, ideias, formulações linguísticas etc. que não se mostram em apenas um único indivíduo, mas que são compartilhados por conjunto heterogêneo de indivíduos.

O quinto recorte a seguir é muito ilustrativo disso que acabamos de afirmar:

Recorte 5:

“Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social.” (Ribeiro, 2021, p. 85)

O que interessa neste quinto recorte é explicitar que “localização social” predica/determina “lugares de fala”. Na medida em que temos essa predicação explicitada, podemos corroborar a ideia de que os lugares de fala são lugares sociais e não individuais.

localização social

⊥

LUGAR DE FALA

Diante do DSD acima, citamos o que diz Ribeiro (2021, p. 83): “falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo que aqueles inseridos na norma hegemônica nem se quer se pensem.” Poderíamos parafrasear essa citação utilizando o título de um dos capítulos que compõe nosso material de análise: “todo mundo tem lugar de fala”. Em nossos termos, não há enunciação que não se inscreva num ou que não ocupe um lugar de fala.

Assim, o *lugar de fala* enquanto um conceito, apesar de surgir no interior de teorias que chamaremos “progressistas”, não se aplica somente a lugares “subalternos” de fala no interior da hierarquia social. Como estamos dizendo a partir das análises, o lugar de fala não é um domínio exclusivo dos grupos subalternizados. Pessoas parte dos grupos privilegiados também ocupam localizações sociais, isto é, lugares de fala. Saber que falam de um lugar pode levar os pertencentes a grupos de locais sociais privilegiados a tomar consciência da sua localização na estrutura de poder.

Este é o sexto recorte que analisaremos:

Recorte 6:

“Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta”. (Ribeiro, 2021, p.89)

O verbo *romper*, no sintagma “romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado”, está determinando “lugar de fala”, graças ao procedimento de reescrituração por expansão que se observa nesse recorte sexto. Desse modo, a ideia de *lugar de fala*, por meio dessa determinação semântica, apresenta-se como a possibilidade de rompimento de um “silêncio instituído”. O termo “silêncio instituído” refere-se ao não reconhecimento de outros saberes, do não reconhecimento das falas dos subalternizados pela sociedade. Lembramos aqui do que diz Eni Orlandi (2007) sobre a “política do silêncio”. Assim, diz a autora:

Além do silêncio fundador, tal como o consideramos anteriormente, há a *política do silêncio*, que, por sua vez, tem duas formas de existência ligadas:

- a) o silêncio constitutivo e
- b) o silêncio local.

[...]

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. [...]

[...]

Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio constitutivo, o *silêncio local*, que é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer.

Tomemos um exemplo desse silêncio local: a *censura*. Trata-se da produção do silêncio de forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido. (Orlandi, 2007, p. 73-75)

Essa longa citação do texto de Orlandi (2007) coloca-nos diante de duas formas que a “política do silêncio” pode assumir: como “silêncio constitutivo” ou como “silêncio local”. O silêncio constitutivo é aquele que atravessa inevitavelmente toda a materialidade linguística. Dizer “x” e não dizer “y”, dizer “x” para não dizer “y” é parte constitutiva do funcionamento da linguagem. Já o “silêncio local” é parte de uma política de silenciamento que interdita o dizer, geralmente com o uso da força, como em situações de ditadura. Poderíamos pensar, então, a partir desse pensamento de Orlandi, que o “silêncio instituído”, tal como figura no acontecimento enunciativo do texto de Ribeiro, rememora os diversos momentos em que a fala dos subalternizados foi submetida ao silêncio local.

O trecho “quem foi subalternizado” é uma reescrituração por condensação e refere-se a grupos de raça, gênero, classe e sexualidade diferentes de homem branco cis que é a representação do grupo social hegemônico. É interessante observar que, por meio do procedimento da reescrituração, o acontecimento enunciativo materializa a rememoração de um passado de enunciações. Além disso, é interessante observar também que o texto fala em “subalternizado” e não em “subalterno”. Isso indica um processo ativo de apagamento, de exclusão de alguns grupos sociais em detrimento de outros. Não é um processo passivo, sem sujeitos que subalternizam outros.

O substantivo *hierarquia* faz referência a como é instituído o poder na escala social, tendo o grupo do homem branco cis como o maior beneficiado. O adjetivo *violenta*, que caracteriza hierarquia, faz referência a como o grupo privilegiado se tornou privilegiado.

Temos, então, o seguinte DSD:

DSD:

hierarquia violenta

⊥

Silêncio instituído † romper † lugar de fala

⊤

subalternizados

A partir do DSD acima e daquilo que os demais DSDs nos informaram, é possível compreender que “lugar de fala” significa o “rompimento de um silêncio instituído”. Do ponto de vista dos subalternizados, tal rompimento é interessante porque permite àqueles que se reconhecem nesse lugar de subalternizado compreender melhor o seu lugar social de dizer e como, a partir desse lugar, pode fazer ser escutado. Do ponto de vista dos “subalternizadores”, o rompimento desse silêncio de que tratamos aqui é interessante porque permite dar a conhecer, a eles e a outros atores sociais, os contornos específicos de seu lugar de fala. Com isso, eles (os “subalternizadores”) se mostram, saem do anonimato, expõem a violência que, muitas vezes, constitui seu lugar de fala.

Para a militância, sobretudo, é importante que se reconheça que todos os falantes ocupam um lugar de fala, e não apenas os que se reconhecem como militantes. Se tomado da forma como designa no texto de Djamila Ribeiro, a expressão “lugar de fala” pode apresentar-se como um instrumento conceitual importante para o debate social.

Considerações finais

Neste trabalho, objetivou-se analisar a designação da expressão *lugar de fala* no acontecimento enunciativo do texto de Djamila Ribeiro, em sua obra *Lugar de Fala*, com foco nos capítulos “O que é lugar de fala?” e “Todo mundo tem lugar de fala”, analisar os memoráveis recortados pelo presente do acontecimento enunciativo e compreender os contornos específicos dos domínios semânticos de determinação que fazem funcionar a designação *lugar de fala*.

É possível falar de *lugar de fala* a partir da teoria do *feminist standpoint* (em tradução para o português: ponto de vista feminista), da obra de Patricia Hill Collins, de 1990, *Pensamento do Feminismo Negro*, assim como a própria Djamila Ribeiro coloca em sua obra, pois a mesma configura um Locutor agenciado pelo alocutor-mulher negra acadêmica, que configura um determinado grupo social que vivencia experiências semelhantes, e o *feminist standpoint* refere-se a grupos com experiências historicamente compartilhadas e não a experiências individuais.

Um dos primeiros elementos que Ribeiro nos dá para entendermos *lugar de fala* em seu discurso é que ela filia-se à perspectiva foucaultiana de discurso, ou seja, ela filia-se a um determinado “sistema que estrutura determinado imaginário social”, o que significa que há algo que funciona como anterioridade aos falantes, fora dos domínios das intenções de alguém, e que esse algo os determina.

Começamos, então, a partir do embasamento foucaultiano de discurso, a entender que os sentidos muitas vezes dados a “lugar de fala” nas redes sociais, como um argumento mobilizado para desautorizar o outro a falar sobre determinados assuntos, não vão ao encontro do sentido que tem na voz de Ribeiro.

Djamila insere a expressão *lugar de fala* em mais uma área do conhecimento acadêmico, o da Comunicação, retirando-a do domínio leigo. Além de “Comunicação”, também determinam lugar de fala “posições sociais” e “capitais simbólicos”, o que determina os sujeitos falantes a falar de um lugar inconsciente e não intencional.

Em outro recorte, o que determina “lugar de fala” são as expressões “feminist standpoint”, “ponto de vista feminista”, “diversidade”, “teoria racial crítica” e “pensamento decolonial”. Por essas determinações assinaladas, pode-se perceber uma enunciação acadêmica, um conjunto teórico que é recortado pelo acontecimento enunciativo, na voz de um enunciador-universal, que marca um dizer da ciência, novamente determinando que o sentido de “lugar de fala” não se insere no sentido do senso das redes sociais.

A partir da análise do terceiro recorte, mais uma vez se afirma a teoria de que “lugar de fala” é determinado por um conjunto de determinações semânticas que atestam para um memorável científico-acadêmico, pois Djamila Ribeiro cita a Psicanálise e autor(as) com quem se identifica no estudo da expressão em questão, como Michel Foucault, Linda Alcoff, Gayatri Spivak, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba. Por isso, também, é possível dizer que lugar de fala é um conceito muito mais profundo do que aquele que é mobilizado muitas vezes pelas militâncias com intuito de fazer calar, com frases como “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”. Vale observar que o texto de Ribeiro não trata de uma compreensão qualquer de lugar de fala, há uma repetição do termo *feminist standpoint*, o que reafirma o olhar feminista que atravessa o sentido hegemônico de “lugar de fala” no acontecimento enunciativo do seu texto.

Com embasamento na Psicanálise e no autor(as) acima citado(as), Ribeiro fala sobre as “condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (Ribeiro, 2021, p. 60) determinando que não são as experiências individuais que interessam para se pensar o lugar de fala, mas sim a compreensão do lugar que uma determinada fala ocupa na estrutura de poder. Interessa pensar no lugar social que certo indivíduo ocupa na estrutura de poder de uma determinada formação social. Integrantes de grupos das minorias sociais terão experiências diferentes de integrantes de grupos hegemônicos, o que não quer dizer que, por exemplo, uma mulher branca não possa lutar ao lado de uma mulher negra, a questão é ter consciência do lugar social que ocupa e do qual fala no interior dessa estrutura desigual.

Lugar de fala é determinado por Ribeiro como acessar lugares de cidadania, uma forma de refutar a “historiografia social” que constitui a hegemonia branca masculina heterossexual, tal hegemonia que dá voz à este mesmo grupo desvalorizando os grupos subalternizados constituindo, inclusive, uma “hierarquia de saberes”, ou seja, todos os grupos que não são parte dos principais grupos de poder têm seus saberes negados, apagados, silenciados. Acessar lugares de fala é uma maneira de resistir-existir. Não se trata de dar voz à indivíduos com suas vivências próprias, mas de colocar em cena outros discursos, de, no jogo político, fazer circular socialmente outros sentidos, de ressignificar palavras e expressões, que diferentes indivíduos possam ocupar o mesmo lugar de fala na estrutura de poder.

A prática enunciativa de militantes políticos que dizem “eu tenho lugar de fala”, “você não tem lugar de fala” dando sentido essencialista e individualista à lugar de fala é contrário ao que Djamila Ribeiro aponta em seu discurso. Não se trata do que um indivíduo pode ter vivido/sofrido individualmente, mas de um certo conjunto de ideias, de sentidos, de formulações, constituir um lugar de fala na estrutura hierárquica desigual de poder numa formação social dada.

Considerando o próprio título de um dos capítulos que é foco desta análise, “todo mudo tem lugar de fala”, podemos afirmar que não há enunciação que não se inscreva num ou que não ocupe um lugar de fala. Ribeiro nos diz que lugar de fala é uma localização social e não individual. Que é preciso “romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo que aqueles inseridos na norma hegemônica nem se quer se pensem” (Ribeiro, 2021, p. 83). Como estamos mostrando a partir das análises, pessoas que fazem parte de grupos privilegiados também ocupam um lugar social de fala, quer dizer, também possuem lugares de fala. Saber que falam de um lugar pode levar os pertencentes a grupos de locais sociais privilegiados a tomar consciência da sua localização na estrutura de poder. Além disso, reconhecer que todos os falantes enunciam, para usar uma terminologia nossa, de um lugar social de dizer, pode ser muito produtivo para a própria militância, porque permite que os sujeitos engajados nesse tipo de luta sociopolítica compreendam mais profundamente o seu interlocutor.

Como dito acima, há socialmente instituída uma “hierarquização de saberes” que dá voz a grupos hegemônicos e a grupos subalternizados, não. O texto usa o termo “subalternizados” e não “subalternos”, o que demonstra que há um agente no processo de apagamento, de exclusão de alguns grupos sociais em detrimento de outros. Neste momento, Ribeiro fala que lugar de fala é uma forma de romper com o “silêncio instituído” de forma “violenta”. Ocupar lugar de fala é ocupar um lugar social digno.

Por fim, o lugar social de um falante não deve ter impacto sobre sua autorização para falar ou não. Não apenas integrantes de grupos político, histórico, social, economicamente reconhecidos oprimidos podem falar por si mesmos. Inclusive, por vezes, o próprio negro não reconhece que sofreu racismo, a própria mulher não reconhece que sofreu misoginia, o próprio homossexual não reconhece que sofreu homofobia, ou os grupos subalternizados não têm condições para falar por si, portanto outros grupos com mais privilégios podem atuar como porta-vozes de minorias. Importa que os integrantes de grupos privilegiados se pensem, se reconheçam como privilegiados em seu *locus social* e como dizer a partir do lugar de fala que ocupa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SILVA, V. R. C. da S.; ZEFERINO, H. M. dos S.; CHAGAS, A. C. C. S. das. O problema de falar por outras pessoas. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 409–438, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/8762>. Acesso em: 5 dez. 2023.

BLOG MEIO E MENSAGEM. <https://www.meioemensagem.com.br/opiniaio/um-grande-erro-chamado-lugar-de-fala>. Acesso em 4 de março de 2023.

ECOIA UOL. <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2021/04/08/o-que-significa-lugar-de-fala-conceito-nao-e-uma-forma-de-calar-as-pessoas.htm>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

SANTOS, Gabriel Leopoldino dos. **As divisões da língua portuguesa no espaço de enunciação uruguaio**. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de doutorado do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/985352>. Acesso em 10 de julho de 2023.